

## Por um Acordo Internacional de Não-Uso de Geoengenharia Solar

**Pleiteamos uma ação imediata dos governos, das Nações Unidas e outras partes para prevenir a normalização da geoengenharia solar como uma opção de política climática. Os governos e as Nações Unidas devem exercer um controle político eficaz e restringir o desenvolvimento de tecnologias de geoengenharia solar em escala global. Especificamente, solicitamos um Acordo Internacional de Não-Uso de Geoengenharia Solar.**

A geoengenharia solar - um conjunto teórico de tecnologias para reduzir a entrada de luz solar na Terra - está ganhando destaque nos debates sobre medidas climáticas. Vários cientistas lançaram projetos de pesquisa em geoengenharia solar, e alguns vêem isso como uma opção para futuras políticas públicas.

Para nós, esses pedidos cada vez mais recorrentes para pesquisa e desenvolvimento de geoengenharia solar são motivo de alarme. Compartilhamos três preocupações fundamentais:

Em primeiro lugar, os riscos da geoengenharia solar são mal compreendidos e nunca poderão ser totalmente conhecidos. Os impactos variam entre regiões e há incertezas acerca dos efeitos sobre os padrões climáticos, a agricultura e a provisão local de alimentos e água enquanto necessidades básicas.

Em segundo lugar, esperanças especulativas sobre a possibilidade futura de tecnologias de geoengenharia solar ameaçam os compromissos de mitigação e podem desincentivar governos, empresas e a sociedade a fazerem o máximo para alcançar a descarbonização ou a neutralidade de carbono o mais rápido possível. A especulação sobre possibilidades futuras cria um risco da geoengenharia solar se transformar em um argumento poderoso para lobistas da indústria, negacionistas climáticos e alguns governos atrasarem suas políticas de descarbonização.

Terceiro, o sistema de governança global atual é inadequado para desenvolver e implementar os grandes acordos que seriam necessários para manter um controle político justo, inclusivo e eficaz sobre a implantação da geoengenharia solar. A Assembleia Geral das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas são todos incapazes de garantir um controle multilateral equitativo e eficaz sobre a implantação de tecnologias de geoengenharia solar em escala planetária. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, dominado por apenas cinco países com poder de veto, carece de legitimidade global. A legitimidade seria uma condição necessária para regular com eficácia a geoengenharia solar.

Essas preocupações também surgem com arranjos informais de governança, como diálogos com as várias partes interessadas ou códigos de conduta voluntários. **Os arranjos informais enfrentam barreiras à entrada de atores menos poderosos e correm o risco de contribuir para a legitimação prematura dessas tecnologias especulativas.** As redes científicas são dominadas por alguns países industrializados, com países economicamente menos poderosos tendo pouco ou nenhum controle direto sobre elas. A governança tecnocrática baseada em comissões de especialistas não pode julgar conflitos globais complexos sobre princípios, diferenças nos perfis e alocação de risco que surgem no contexto da geoengenharia solar.

Sem controles globais e democráticos eficazes, a geopolítica da possível implantação unilateral da geoengenharia solar seria assustadora e injusta. Dados os baixos custos monetários previstos de algumas dessas tecnologias, há o risco de que alguns países poderosos se envolvam na geoengenharia solar unilateralmente ou em pequenas coalizões, mesmo quando a maioria dos países se opuserem a tal implantação.



## Solar Geoengineering Non-Use Agreement

Resumindo, a geoengenharia solar não pode ser governada globalmente de maneira justa, inclusiva e eficaz. Portanto, pedimos uma ação imediata dos governos, das Nações Unidas e de outros atores políticos para evitar a normalização da geoengenharia solar como uma opção de política climática. Os governos e as Nações Unidas devem assumir o controle político efetivo e restringir o desenvolvimento de tecnologias de geoengenharia solar antes que seja tarde demais. Defendemos um **Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar** especificamente contra o desenvolvimento e implantação de tais tecnologias em escala planetária.

Países participantes do **Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar** devem comprometer-se com cinco restrições e medidas básicas:

1. O compromisso de proibir suas agências públicas de financiamento de apoiar o desenvolvimento de tecnologias para geoengenharia solar, internamente e por meio de instituições internacionais.
2. O compromisso de proibir experimentos ao ar livre de tecnologias de geoengenharia solar em áreas sob sua jurisdição.
3. O compromisso de não conceder patentes para tecnologias de geoengenharia solar, incluindo tecnologias de apoio, como a adaptação de aviões para injeções de aerossol.
4. O compromisso de não implantar tecnologias de geoengenharia solar se desenvolvidas por terceiros.
5. O compromisso de se opor à futura institucionalização da geoengenharia solar planetária como uma opção de política pública em instituições internacionais relevantes, incluindo relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Um **Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar** não proibiria a pesquisa atmosférica ou climática como tal, e não colocaria grandes limitações à liberdade acadêmica. Em vez disso, o acordo se concentraria apenas em um conjunto específico de medidas destinadas exclusivamente a restringir o desenvolvimento de tecnologias de geoengenharia solar sob jurisdição das partes do acordo.

O controle político internacional sobre o desenvolvimento de tecnologias contestadas e de alto risco com riscos globais já tem precedentes. A comunidade internacional tem um histórico de restrições e moratórias internacionais sobre atividades e tecnologias consideradas muito perigosas ou indesejáveis. A história demonstra que as proibições internacionais ao desenvolvimento de tecnologias específicas não limitam a pesquisa legítima nem sufocam a inovação científica. Além disso, um Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar pode incluir exceções para abordagens menos perigosas, por exemplo, permitindo o uso de tecnologias relacionadas ao albedo de superfícies localizadas, que trazem poucos riscos transregionais ou globais.

Em suma, um **Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar** seria oportuno, viável e eficaz. Ele inibiria a normalização e o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias arriscadas e mal compreendidas que buscam gerenciar intencionalmente a luz solar incidente em escala global. E faria isso sem restringir a pesquisa climática legítima. A descarbonização de nossas economias é viável se as medidas corretas forem tomadas. A geoengenharia solar não é necessária. Também não é desejável, ética ou politicamente governável no contexto atual.

Dada a crescente normalização da pesquisa em geoengenharia solar, uma forte mensagem política para bloquear essas tecnologias é necessária. Um **Acordo Internacional de Não-Use de Geoengenharia Solar** é necessário agora.

[LEIA O ARGUMENTO COMPLETO [AQUI](#)]